



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O MUTUALISMO NA BAHIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA BAIANA

Humberto Santos de Andrade *

(UESB)

RESUMO

Este texto trata do processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana - a mutual de ofício dos trabalhadores gráficos do estado da Bahia - ocorrido no final do terceiro quartel do século XIX. Como parte dos estudos sobre o mutualismo no Brasil, essa sociedade mutualista teve sua trajetória investigada na dissertação de Mestrado intitulada: "Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX)". O objetivo aqui foi o de compreender e analisar um pouco da trajetória (o processo de fundação) de uma organização que representou e acolheu parte dos membros dos ofícios de tipógrafo, livreiro e litógrafo da cidade de Salvador. Para tanto, apresenta-se alguns dos resultados obtidos com a investigação, tais como: interesses que envolviam um determinado agrupamento profissional, legislação que tratava das associações durante o Império, razão e iniciativa para a criação da sociedade de socorro mútuo, bem como as ideias inspiradoras desse empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Mutualismo, Bahia, Gráficos.

INTRODUÇÃO

A Associação Tipográfica Baiana, sociedade fundada por 68 tipógrafos, livreiros e litógrafos na capital baiana em 30 de Outubro de 1870 e instalada em 16 de Abril de 1871, foi uma associação de socorros mútuos existente na cidade do Salvador. Serviu de abrigo previdenciário e médico nos momentos de adversidade vividos pelos profissionais do setor gráfico baiano, bem como estabelecimento de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

instrução, nesse período histórico. Neste texto, trata-se, sobretudo, das razões pelas quais a Associação Tipográfica Baiana foi criada.¹⁷

Associações, tal como a Tipográfica Baiana, organizavam-se a partir dos interesses comuns, que envolviam um determinado agrupamento profissional. Percebe-se que a influência dos sócios fundadores condicionava muitos dos rumos tomados pela entidade. Os princípios e metas a serem atingidos eram discutidos e propunha-se sua incorporação aos estatutos após discussão e aprovação por parte daqueles que compunham o corpo social da entidade. Tal espaço de discussão e deliberação era a assembleia geral, que recebia, periodicamente, novas demandas, tendo em vista a adequação da entidade aos desafios do momento.

A legislação que passou a normatizar, de forma mais específica, o funcionamento das associações mutualistas pode ser identificada a partir da segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei nº. 1083, de 22 de Agosto de 1860, que continha providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. No seu artigo 2º, § 1º, a lei assim dispunha sobre a “organização e regime” de sociedades, entre as quais estavam as de socorros mútuos:

As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agências, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, além de incorrerem na pena do art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de Janeiro de 1849, pagarão as que tiverem capital social a multa de 1 a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1\$000 a 5:000\$000, pelas quais multas, assim como por todos os atos das referidas Sociedades, ficam solidariamente responsáveis os sócios que as organizarem ou tomarem parte em suas deliberações, direção ou gerência, e as pessoas que direta ou indiretamente as promoverem.¹⁸

¹⁷ Este texto é parte dos resultados obtidos com a pesquisa para a dissertação de Mestrado intitulada: “Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX)”, defendida em 16 de julho de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP (Campus de Assis), sob a orientação da Profª. Drª. Tania Regina de Luca.

¹⁸ Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Constata-se que a iniciativa do Estado brasileiro no sentido de regular, do ponto de vista jurídico, as organizações, acabava por colocar, lado a lado, mutuais, bancos e companhias congêneres, dedicadas, sobretudo, às atividades ligadas ao mundo da economia e das finanças. O texto da lei assim prosseguia no que tocava à disposição anteriormente citada:

Esta disposição é aplicável aos Montepios, às Sociedades de Socorros Mútuos, às Caixas Econômicas, e à toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatários, ainda que seja beneficente. Aos presidentes das províncias, e na forma de Regulamentos dos Governos, pertence a faculdade de autorizar e aprovar os estatutos dos Montepios e das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra associação de beneficência estabelecida nas províncias...¹⁹

Ainda no mesmo ano de 1860, foi publicado o Decreto 2.711, que dispunha sobre a criação de bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, reafirmando a obrigatoriedade das sociedades de “toda e qualquer qualidade”, sem firma social, necessitarem de autorização e aprovação por parte do Presidente de Província. Rezava o Artigo 27, § 1º:

A autorização e aprovação dos Montepios das Sociedades de Socorros Mútuos, e de qualquer outra sociedade de beneficência sob a forma anônima será concedida nas Províncias pelos respectivos Presidentes, mediante as fórmulas requeridas pelos capítulos antecedentes, e observadas as disposições especiais dos seguintes, e quaisquer outras que no futuro forem estabelecidas em Regulamentos expedidos pelo Governo.²⁰

O mesmo parágrafo dispunha, no que tange às sociedades de socorros mútuos, que deveriam “ter unicamente por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade, ou inutilização de

¹⁹ Idem.

²⁰ Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

serviço, e socorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral”.²¹ Sobre os estatutos das mutuals, o decreto estabelecia que deveriam conter e mencionar, em primeiro lugar, as condições de admissão, exclusão, ou eliminação dos sócios, e número destes; em seguida, especificava os casos em que os socorros deveriam ser prestados, o modo de sua prestação, o respectivo quantitativo e sua fiscalização; em terceiro lugar, a importância de cada contribuição ou cotização, as épocas em que deveriam ter lugar, o modo de sua percepção ou arrecadação e as penas em que deveriam incorrer os remissos, ou morosos; em quarto lugar, os estatutos deveriam conter e mencionar o emprego do fundo social; e, por fim, o modo de administração da associação mutualista, e as condições de nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias.

A obrigatoriedade de os presidentes serem nomeados pelo dirigente da Província não mais vigorou a partir do início da década de 1870, quando foi promulgado o Decreto nº 5.112, de 17 de Outubro de 1872.²² Neste, além de determinar que a nomeação do Presidente nas associações de montepio ou de socorros mútuos fosse feita pelas assembleias gerais dos contribuintes, segundo as regras fixadas em estatutos por cada associação, derogou-se o § 5º dos artigos 29 e 32 do Decreto 2.711, que tratavam, respectivamente, das eleições e nomeações dos presidentes nos montepios e do modo de administração e das eleições e nomeações dos presidentes nas sociedades de socorros mútuos.

Essas tentativas de controle da prática associativa poderiam evidenciar certo temor por parte do Estado, sobretudo em relação ao que tais agremiações poderiam conter de forma dissimulada ou em germe. Ideias que porventura não fossem bem vindas e que pudessem afetar a estabilidade da ordem social deveriam ser tolhidas. Porém, conforme as peculiaridades do contexto nacional, o que se

²¹ Idem, Art. 31.

²² Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

pode observar, a partir de 1883, é um retorno ao “privatismo anterior a 1860,”²³, sobretudo em virtude da publicação da Lei nº 3.150, de 4 de Novembro de 1882, regulamentada pelo Decreto nº 8.821, de 20 dos mesmos mês e ano. Confirmando certo relaxamento da legislação, o artigo 34 do novo dispositivo legal “fixava a necessidade de autorização prévia apenas para as entidades que tomassem a forma anônima; as demais, fossem literárias, científicas, políticas ou de socorros mútuos, poderiam instruir-se sem autorização do governo e eram regidas pelo direito comum”.²⁴ Segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr., essas disposições foram mantidas e sancionadas no Código Civil de 1916.²⁵ Tal medida teria tornado rotineira a publicação de estatutos na imprensa.²⁶

Nesse contexto, fundou-se a Associação Tipográfica Baiana, em 30 de outubro de 1870, instalada em 16 de abril de 1871, em consonância com os dispositivos da Lei 1.083.

Examinando-se tanto os relatórios de exercícios anuais da Associação Tipográfica Baiana, quanto os seus resumos - estes publicados na revista da Associação -, foi possível constatar que essas exigências do Governo eram cumpridas tanto para atender a autoridade governamental - que exigia tais disposições em estatutos -, como também para deixar os sócios informados sobre o movimento social da mutual.

A razão para a fundação da Associação Tipográfica Baiana relacionava-se à necessidade e ao ideal de criação de uma sociedade para a “classe”,²⁷ ideal já alimentado pelos tipógrafos desde os anos 30 do século XIX e que se ligava, fundamentalmente, ao fato de os tipógrafos, enquanto trabalhadores, desejarem

²³ LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 17.

²⁴ Idem.

²⁵ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 301.

²⁶ LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Op. cit.*, p. 32.

²⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia, Abril, 1903, nº 10, p. 161.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

construir um espaço de socorro durante as adversidades, como também de instrução e organização dos membros do ofício. Duas tentativas anteriores não chegaram a bom termo. A primeira, no contexto em que estava em curso a Sabinada, sobre a qual se tem poucas informações, à exceção de registro da data de 1837. A segunda ocorreu no ano de 1857, por iniciativa de Eduardo Daniel Galvão, auxiliado pelos colegas de ofício Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Eustaquio José de Souza. Os interessados, mais de trinta tipógrafos, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, no Beco do Tira-Chapéu, sob a presidência do Sr. Lucídio de Souza Mascarenhas, para a instalação do conselho provisório, encarregado de dirigir os trabalhos até que se inaugurasse a sociedade.²⁸

Nessa reunião, teria sido eleita uma comissão, composta tanto por tipógrafos como por um clérigo, que se encarregaria da elaboração do projeto de estatutos. Os membros da comissão eram Eduardo Daniel Galvão, Firmino Guimarães, D. Alvaro Balthazar da Silveira, Albino Henriques da Silva e Domingos F. da Silva.²⁹ Eduardo Daniel Galvão teria se adiantado e apresentado as bases dos estatutos que, posteriormente, foram modificados pela comissão anteriormente eleita. Apesar desses esforços, não se logrou êxito na criação da associação.³⁰

A fundação

A iniciativa de criação da Tipográfica, pelo que se pode observar, foi de responsabilidade de trabalhadores do setor gráfico da capital baiana, não havendo, pelo menos nas evidências encontradas, presença de iniciativa patronal.³¹ Apesar

²⁸ Idem, p. 165.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid., p. 165-6.

³¹ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 7, p. 115-6; *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 165; *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35; *Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia (fac-símile)*. Salvador, 1923, p. 397.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de contar nos seus quadros elementos que possuíam oficinas tipográficas, a grande maioria era composta de empregados em oficinas, portanto operários que vendiam a sua força de trabalho para proprietários de jornais ou tipografias voltadas para outros tipos de serviços gráficos. Essa presença de proprietários de oficinas, pelo menos ao que parece, não comprometia os objetivos da mutual de defender os interesses dos seus associados.

Os “ramos” das artes gráficas responsáveis pela fundação da Associação foram os de tipógrafos, livreiros e litógrafos.³² Configurou-se então uma sociedade de socorros mútuos, típica de trabalhadores que buscavam se proteger dos infortúnios que os acometiam. O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos líderes pioneiros – juntamente com Eduardo Daniel Galvão e Domingos Francellino da Silva³³ – na criação da Associação Tipográfica Baiana, pronunciado na sessão de fundação do grêmio, naquela data de 30 de outubro de 1870, onde inicialmente reuniram-se trinta e um “membros da classe”,³⁴ ilustra bem a quem a associação direcionava seus objetivos. Assim começa o discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito:

Meus colegas:

A aurora de nossa regeneração surge ante o combate das ideias, ante a cruzada do progresso, pelo pórtico imortal da civilização.

O apelo que fizemos aos apóstolos de Gutenberg foi correspondido pela confiança que nestes espíritos reina, acerca de tudo quanto é belo e sublime.

Que imponente e majestoso espetáculo apresenta hoje aqui a imprensa da Bahia! Uma reunião compacta de tipógrafos, livreiros e litógrafos – são elos de uma mesma cadeia, porque identificados em uma só ideia, tendem a um fim comum.

Oh! Colegas, o meu coração extasia-se por este extraordinário e soberbo acontecimento!

Condenados por muito tempo ao silêncio, falamos por fim, e nossa palavra menos autorizada se ergueu fracamente, porém firme na convicção do seu dever, para advogar sinceramente os interesses da classe a que pertencemos.

³² Idem.

³³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

³⁴ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O véu misterioso do impossível envolvera a existência de uma associação tipográfica; esperanças não havia mais de levantá-la, e nós, abatidos e amordaçados, humildemente curvamos as nossas frentes, sem que uma voz em nossa defesa se fizesse ouvir. Parecia estar de todo extinto, entre nós, o espírito de classe, e dir-se-ia que a ambição de cada um colocava-se mais alto que o interesse de todos.

Enquanto na Bahia, a arte tipográfica definhava e ia a caminho da servidão, nessa Atenas brasileira, – província fértil em produzir estadistas, diplomatas, sábios, guerreiros e artistas – em quase todas as províncias do Império fundavam-se associações tipográficas e órgãos sustentadores de seus direitos.³⁵

Interessante notar que, nas palavras de Joaquim Hyppolito, há claramente uma visão iluminista de mundo, que se alinhava ao projeto libertador da humanidade pela imprensa. Essa perspectiva de progresso e de civilização alentava os tipógrafos baianos no sentido de organizarem-se em uma associação que defendesse seus interesses comuns. Os tipógrafos, livreiros e litógrafos consideravam-se apóstolos de Gutenberg e, por conseguinte, deveriam ser ciosos da tarefa que lhes incumbia a história, ou seja, de serem os guardiões do invento da imprensa. Além do mais, a confiança em tudo o que é belo e sublime fazia parte do universo do tipógrafo, por isso ele não hesitou em atender ao apelo dos três pioneiros. Pelo menos é a impressão que se quer fixar no início do discurso.

Todavia, a satisfação e o “espetáculo” ocasionado pela reunião daqueles trinta e um tipógrafos, livreiros e litógrafos pode revelar mais do que apenas uma alegria fruto das virtudes próprias dos artistas gráficos. A reunião, como registra o texto, foi compacta ali naquele ano de 1870. As razões para isso podem ser muitas e talvez não se tenham as respostas para as questões levantadas. Como se sabe, duas foram as tentativas de criação da sociedade de socorros mútuos dos tipógrafos baianos que não chegaram a termo. Joaquim Hyppolito “extasia-se” pela proeza que conseguem ao fundar a Tipográfica em 30 de outubro daquele ano. Provavelmente as dificuldades foram imensas durante as décadas anteriores e a

³⁵ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35-6.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

desarticulação enquanto classe afligia a maioria dos profissionais do setor gráfico na Bahia.

O que significaria o fato de os tipógrafos baianos lamentarem o silêncio que lhes foi imposto? Por que sua palavra era “menos autorizada” e quando se ergueu o fez de maneira fraca? Havia perseguição? Limitações políticas? Limitações de organização em virtude do desinteresse dos tipógrafos? Parte dessas questões é passível de resposta; a maioria ainda não, pelo menos com os documentos até agora encontrados.

Prudêncio de Carvalho, um dos poucos tipógrafos da Associação Tipográfica Baiana possuidores de sua própria oficina, acreditava que a sociedade não teve sucesso em 1837 por conta da eclosão do movimento da Sabinada.³⁶ Neste caso, seria possível responder à questão que trata de impedimentos políticos para a criação do grêmio. Associar-se, naquele contexto de convulsão social na Bahia, poderia despertar desconfiança e repressão por parte do Estado. A situação da economia baiana era difícil e ensejava uma série de descontentamentos por parte da população. Segundo Paulo César de Souza,

Seca, escassez, alto preço dos gêneros, aviltamento da moeda: de uma maneira que não se deixa demonstrar com a precisão desejável, esses fatores contribuíram para o ‘desassossego público’ na década de 1830. As manifestações desse desassossego tinham algo de *food riot*.³⁷

Justifica-se que, em razão desse contexto, tenham os tipógrafos recuado, inclusive, porque as perseguições desencadeadas por processos revolucionários

³⁶ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1903, Ano I, nº 10, p. 165. Este número da revista foi especialmente dedicado à história da Associação, que naquele ano comemorava 32 anos. Nele encontra-se, material valiosíssimo e que consubstanciou sobremaneira a pesquisa aqui realizada. Sobretudo, registre-se, a contribuição feita em forma de um “Escorço de uma Notícia Histórica” sobre a Associação Tipográfica Baiana, empreendida naquele ano de 1903, pelo já referido no texto, tipógrafo Prudêncio de Carvalho. Sem esse vestígio, seria impossível, com as atuais fontes, reconstruir a fase inicial da Tipográfica.

³⁷ SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

poderiam tender a fustigar grupos organizados. Noutros termos, não seria nada oportuno buscar organizar, no ano de 1837, na Bahia, uma associação que representasse os interesses de um agrupamento profissional. O descontentamento da população era tal que

Reivindicações por aumentos salariais eram constantes nessa época. Partiam de artesãos, empregados públicos, militares. Parecem ter se intensificado durante o ano de 1837. Em julho, os carpinteiros do Arsenal da Marinha requereram o aumento dos vencimentos diários para 1400 réis, como eram pagos seus iguais na corte. Em agosto, todos os empregados civis do Arsenal se uniram nessa exigência. No mesmo mês, os guardas da Alfândega pediram elevação dos soldos, 'atenta a carestia dos gêneros de 1ª necessidade', alegaram. Se reivindicações desse tipo não obtinham resposta, não surpreende que tais grupos de profissionais tomassem parte na revolta.³⁸

Outra pergunta dentre as elencadas anteriormente, que talvez possa ser respondida, é a que tangencia os limites de organização em virtude do desinteresse dos próprios tipógrafos. O "silêncio" e a "palavra menos autorizada", relacionados com a primeira questão, talvez não se desvinculem da segunda. A proibição de falar ou escrever relacionava-se somente às problemáticas da macro política?

Na segunda parte do discurso de Antonio Hyppolito, e já passado um pouco o êxtase do sucesso da reunião, ele passou a narrar as dificuldades que assombraram e frustraram a criação da Tipográfica. Um certo "véu misterioso" tornou-se óbice à "existência de uma associação tipográfica". As esperanças já haviam sido perdidas e o pioneiro tipógrafo lamenta que as frentes foram obrigadas a curvarem-se, sem que uma voz de defesa se levantasse para representar os artistas gráficos. O "espírito de classe" parecia extinto e as ambições individuais ocupavam lugar de proa na ação dos trabalhadores do ofício.

Percebem-se, nesse lamento, as dificuldades internas de organização da ação coletiva dos tipógrafos baianos no período compreendido entre as décadas de

³⁸ Idem, p. 143.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

1830 e 1860. As razões para tal estado de coisas talvez se assentassem, sobretudo, na inexistência de uma prática associativa ou talvez numa condição de trabalho ainda não tão desfavorável, pelo menos nesse período, suposições que talvez não se comprovem com a descoberta de novos documentos sobre a condição profissional do tipógrafo. Também se pode aventar que a inexistência de uma identidade profissional, bem como a ausência de um espírito de solidariedade pode ter comprometido o surgimento da Tipográfica em momento anterior. O certo é que, somente em 1870, o sonho concretizou-se. Criada, como revelam os documentos, com o intuito de amparar os associados na falta de trabalho, na moléstia e na velhice, além de edificar carneiros para o sepultamento de seus sócios e obtenção de uma renda para a associação por meio da cessão para não sócios, criação de uma biblioteca – objetivo que não foi atendido de imediato à criação do grêmio –, e um objetivo para o futuro, criar escolas para os três ramos das artes gráficas contemplados na associação, como também para os aprendizes daqueles ofícios.

Essa reunião de fundação da Associação Tipográfica Baiana ocorreu na sala das sessões da Sociedade Montepio dos Artífices, no Beco do Arcebispo. A ela concorreram os senhores Aristides Ricardo de Sant'Anna, Hermínio de Souza Porto, José Odorico Paranhos, Ladislau José de Mattos, João Candido Soares, Manoel Martins da Cruz, Jesuíno Francisco de Carvalho Cabrera, Symphronio Olympio Pereira, Fortunato Rodrigues Mendes, Elpídio Maria de Castro, Domingos Lopes Moitinho, Carlos Ferreira da Rocha, Theodoro Pereira da Fonseca, Tranquillino Pinto da Silva, José Joaquim Ladislau Rio Negro, Annibal d'Almeida Brayner, João Cancio da Silva, Agapito Ramos d'Oliveira, José Domingues da Silva, Guilhermino Alvares da Costa Dorea, Ludgero José de Souza, José Ricardo da Silva, João Capistrano Fernandes, Zeferino José de Azevedo, Aurélio José de Miranda, Francisco José Borges de Macedo, Francisco Moraes de Farias, João José Inocêncio de Barros, Alcino Ferreira da Silva Junior, Basílio Jorge dos Santos e Saturnino



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Antônio Moreira Braga, perfazendo exatamente os trinta e um reunidos em 30 de outubro de 1870.³⁹

Nas sessões subseqüentes, que ocorreram até a data de instalação da Associação em 16 de abril de 1871, novos interessados acorreram às reuniões, que culminariam no reconhecimento legal da Tipográfica Baiana. No esboço elaborado por Prudêncio de Carvalho ainda há o registro de mais alguns nomes como os de Antônio Brandão d'Araújo, Antônio Tertuliano Esteves, Antônio Capella, Camillo Gonzaga da Purificação, Cecílio José dos Santos Titara, Ignacio H. Cajueiro, Manoel Honório da Silva, Ludolf Joaquim Hovermand, Antônio Mendes, Lazaro Antonio de Jesus, José da Silva Reis, João Evangelista, F. Antônio d'Araújo, Benigno Vicente Dantas, Felix Antônio Possidônio, Justino José dos Santos, Manoel Chaves, Claudelino Gomes, Josephino M. Gercent, Leopoldino Pitombo e Antônio José Fiel.⁴⁰

Para presidir aquela primeira reunião, foi "proclamado" o Sr. Aristides Ricardo Sant'Anna, sendo, em seguida, eleita uma mesa provisória, que ficou assim constituída: Presidente, João Capistrano Fernandes; 1º Secretário, Joaquim Cassiano Hyppolito; 2º Secretário, José Odorico Paranhos. Havendo a necessidade de alguém responsável pelas finanças da agremiação, segundo o esboço histórico de Prudêncio de Carvalho, foi eleito em sessão subseqüente para ocupar o cargo de tesoureiro, o Sr. Guilhermino Alvares da Costa Dórea.⁴¹

Ainda nessa primeira sessão da Mesa Provisória, incumbida de dirigir os trabalhos até a instalação da associação, alguns membros fundadores discursaram: Eduardo Daniel Galvão, que veio a falecer pouco tempo após a instalação da Tipográfica em 1871, em 13 de janeiro de 1872,⁴² Joaquim Cassiano Hyppolito e Domingos Francellino da Silva. Vê-se que os discursos foram proferidos exatamente por quem havia tido a iniciativa de convocar a reunião de 30 de outubro de 1870. Infelizmente, não se tem a transcrição desses discursos, que

³⁹ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Ibid*.

⁴² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 7, p. 117.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

provavelmente colaborariam para a compreensão do que pensavam os pioneiros, à exceção de fragmentos do discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, publicados na edição de nº 15 e 16 da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Segundo Prudêncio de Carvalho,⁴³ nesses discursos demonstrou-se a necessidade da criação da Tipográfica, lançaram-se as bases dos seus estatutos e elegeu-se uma comissão encarregada de elaborá-los. Para tal comissão, foram indicados os Srs. Manoel Honório da Silva, João Cancio da Silva, Ignácio Hermogenes Cajueiro, André Pereira e Benigno Vicente Dantas, que, segundo o escorço, “bem desempenharam essa incumbência”.⁴⁴

Ainda segundo Prudêncio de Carvalho, a Mesa Provisória realizou nove sessões preparatórias de 30 de Outubro de 1870 a 30 de Janeiro de 1871, sendo que as duas primeiras sessões foram realizadas nas instalações da Sociedade Montepio dos Artistas e as demais no Colégio 3 de Fevereiro, no Beco do Açouguinto:⁴⁵

Numa destas sessões apresentou a comissão o projeto de Estatutos, que foi discutido largamente e afinal aprovado em 3ª discussão, em 26 de Janeiro de 1871, e remetidos no dia seguinte ao Governo da Província a fim de aprová-los de acordo com o Decreto nº 2.711, de 19 de Dezembro de 1860, o que fez por ato de 25 de Fevereiro do mesmo ano.⁴⁶

Conclui-se assim, todo o processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana que, na realidade, havia sido iniciado na primeira tentativa em 1837, passado pela outra de 1857, capitaneada por Eduardo Daniel Galvão, e culminada em 1870, também sob a liderança desse tipógrafo. Com essa etapa concluída, ou seja, a consecução do projeto de congregar os tipógrafos em uma sociedade de socorros mútuos, seguiu-se o estágio de reconhecimento legal da entidade, o que

⁴³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166-7.

⁴⁴ *Idem*, p. 167.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 167.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

dependia da anuência das autoridades provinciais, como rezava a legislação da época.

REFERÊNCIAS

Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.

Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia (*fac-símile*). Salvador, 1923.

Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, Bahia, Abril, 1903, nº 10.

_____. Ano I, nº 10.

_____. Ano I, nº 7.

_____. Ano II, nºs 15 e 16.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas**. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Paulo César de. **A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142.